

GT 5 - PLANEJAMENTO E GESTÃO EDUCACIONAL

OS DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA GESTÃO ESCOLAR: UMA DISCUSSÃO DOS PONTOS DE VISTA DA ESCOLA E DA COMUNIDADE

Mônica Andrade Modesto,
Universidade Federal de Sergipe
monicamodesto1@gmail.com

Heike Schmitz,
Universidade Federal de Sergipe
hs.contato.ufs@gmail.com

INTRODUÇÃO

A participação da sociedade civil na gestão escolar é uma temática que ao longo dos tempos foi ganhando mais espaço nas discussões no campo da educação. Discute-se especificamente, sobre os modelos de gestão e sobre a gestão democrática. Todavia, pouco se discute ainda sobre os mecanismos que interferem em tal participação. Esta, por sua vez, depende de condicionantes internos e externos à escola e pode ou não acontecer. O objetivo deste trabalho é compreender os mecanismos da participação na gestão democrática e as possibilidades e limites da participação. Contudo supõe-se que precisa haver uma conscientização do valor e significado da participação na gestão democrática para que a mesma efetivamente aconteça, por um lado, e, por outro lado, uma disponibilização de condições favoráveis. Só assim, será realmente possível sair do discurso de participação pela gestão participativa e de fato adentrar nos caminhos da participação efetiva.

Por isso focaliza-se neste artigo os mecanismos que possibilitam a participação da sociedade civil na gestão escolar. Tais mecanismos podem favorecer ou desfavorecer a participação da comunidade. Os mecanismos/fatores podem ser classificados, conforme, Paro (2004) em fatores internos ou externos à escola. Os fatores internos são os condicionantes materiais ou as condições de trabalho da escola; os condicionantes institucionais; os condicionantes político-sociais e os condicionantes ideológicos. Já os condicionantes externos são as condições de vida da comunidade; os condicionantes culturais ou a visão da população sobre a escola e sobre a participação e os mecanismos coletivos de participação. Então,

pergunta-se quais as possibilidades, quais os limites da participação da sociedade civil na gestão escolar?

A educação, sendo uma prática social e de acordo com Freire (1999) não deve apenas transferir conhecimentos. Para ensinar é necessário que o professor seja capaz de criar possibilidades para a produção e para a construção deste conhecimento. Essas possibilidades precisam ser problematizadoras para que se traduzam na prática social da libertação fundamentada no diálogo. Essa prática social, por sua vez, é um ato político, pois faz escolhas do que deve ser ensinado e como deve ser ensinado. Cabe ao professor ter a capacidade de discernir as escolhas para realizar os objetivos anteriores, e assim promover a libertação. O que se refere aqui ao processo de ensino-aprendizagem vale do mesmo modo para os processos de gestão, pois cabe também à equipe gestora a tarefa de propiciar condições favoráveis de participação para os representantes da comunidade local. Desse modo, a escola e sua equipe não só ensina currículo, mas também assume a responsabilidade de socializar e transmitir valores culturais, como, por exemplo, a democracia.

Num modelo de gestão escolar participativa há a possibilidade de a comunidade participar ativamente da escola, fazendo escolhas de decisões fundamentais relacionadas aos rumos a serem seguidos pela instituição, as diretrizes organizacionais que nortearão a atuação dos educadores, servindo como uma forma da comunidade decidir sobre os elementos que são relevantes para a implementação do ensino de qualidade tão sonhado.

Partindo da concepção de Paro (2004) se entende por esta gestão democrática uma administração escolar onde o gestor atue democraticamente com todos os atores sociais envolvidos no processo. Todavia, é necessário que tanto a escola quanto a comunidade tenha condições favoráveis para a participação. Estas condições, por sua vez, estão imersas numa posição que pode ser contrária ao discurso pregado pelas políticas públicas do sistema de ensino brasileiro. Este trabalho será norteadado na busca de possíveis explicações para o fato de a participação não acontecer de maneira efetiva dentro das escolas.

O objetivo deste artigo é especificamente compreender as possibilidades e os limites da participação da comunidade na gestão escolar, demonstrando que esta é antes de tudo um processo social e por isso possui determinantes.

Este artigo iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica realizada em *sites*, livros, artigos e trabalhos monográficos, como podem ser verificados nas referências. De acordo com Macedo esta pesquisa configura-se na

Na busca de informações bibliográficas, seleção de documento que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédias, artigos de revista, trabalho de congressos, teses e etc.) e o respectivo fichamento das referências para que sejam posteriormente utilizadas. [...] No sentido amplo, a pesquisa bibliográfica é entendida como planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa, o qual envolve uma série de procedimentos metodológicos (MACEDO, 1994, p.13).

Optou-se por trabalhar predominantemente com Paro (2004) porque dentre os autores pesquisados é o que possui maior domínio da área, uma vez que coordenou 15 pesquisas, estando, no momento, executando o projeto sobre as dimensões da prática administrativa do diretor escolar do ensino fundamental diante do caráter político-pedagógico da escola. Sua linha de pesquisa é Universalização do Ensino e Democratização da Gestão Escolar.

1. GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Nos dias atuais a escola vem sendo fragilizada por um modelo organizacional dominado por princípios de sociedade capitalista que foi construído historicamente no Brasil. Tal fragilização pode ser percebida na organização do sistema de ensino público deste país, onde de acordo com Casagrande

O ensino, no interior desta sociedade, tem cumprido o papel de qualificar a força de trabalho necessária ao atendimento das demandas de produção. Desta forma, a educação caracteriza-se como um processo de qualificação do trabalho em geral, produzindo uma força de trabalho capaz de gerar um valor de troca maior no mesmo tempo utilizado (CASAGRANDE, s.d. p. 03).

Contudo o papel da escola não é apenas a formação do cidadão para o mercado de trabalho, mas também a convivência da sociedade democrática dentro da sociedade brasileira. A este respeito, Penin e Vieira apontam que

A democracia se expressa como valor e como processo. Ou seja, de um lado, afirma ideais, intenções e desejos – aquilo que se quer – de outro, requer formas de manifestação que a concretizem – aquilo que se pratica. Uma sociedade não é democrática pela simples afirmação de valores mas, também e, sobretudo, pela construção e prática cotidiana dos mesmos, ou seja, os processos que os instauram e reafirmam (PENIN; VIEIRA, 2002, p. 31)

Conforme aponta Francisco (2006) ainda nos dias atuais é possível encontrar gestões onde por vários motivos a direção da escola é impotente às forças hierárquicas que a regem e o diretor acaba não passando de um funcionário cumpridor de ordens como qualquer outro.

Essa impotência faz com que se associe à figura do diretor do negativismo e a idéia da incompetência.

Nos dias de hoje, ainda é possível encontrar um modelo de direção da escola pública regido pelo órgão central, sem comando próprio no estabelecimento de ensino para determinar o seu destino. O papel do diretor nesse contexto, é de guardião e gerente de operações. Seu trabalho constitui-se, sobretudo, em repassar informações, controlar, supervisionar e dirigir o fazer escolar de acordo com as normas propostas pelo sistema de ensino. Em consequência disso, o diretor neste papel é desresponsabilizado dos resultados de suas ações e respectivos avanços (FRANCISCO, 2006, p. 22).

Com as dificuldades para incluir melhor os próprios membros profissionais da escola, maior deverá ser a dificuldade de possibilitar a participação dos pais e responsáveis dos alunos e, os representantes da comunidade local. Agrava-se ainda mais esse problema diante do fato de que muitos pais – e aqui há uma referência às mães que desempenham um duplo papel de serem pai e mãe ao mesmo tempo – que possuem filhos na escola pública precisam trabalhar o dia inteiro e à noite ainda possuem um lar para administrar. Aos olhos desses pais, assuntos escolares devem estar sob a responsabilidade do diretor, que muitas vezes é visto como autoridade máxima da escola e dos professores.

Contudo, por gestão democrática entende-se, conforme Paro (2004), uma direção onde o gestor atue democraticamente com todos os atores sociais envolvidos nesse processo. Na gestão de uma escola, por exemplo, uma gestão democrática deve envolver a participação daqueles que direta ou indiretamente estão ligados a escola. Isso inclui o diretor, professores, demais funcionários, alunos, pais e a comunidade. A participação de cada um se efetivará no momento em que a direção repartir com todos as necessidades da escola. Por meio desta partilha de responsabilidades os envolvidos buscarão meios de resolução dos problemas para que se garanta um bom funcionamento da escola partindo de um consenso. Mas para que essa tão desejada participação possa ocorrer é necessário levar-se em consideração os fatores condicionantes que influenciam tal participação. Não se restringe, nesta concepção, a participação a mera execução de tarefas, mas à contribuição no planejamento e no processo de tomada de decisão. É importante lembrar aqui que a gestão democrática também implica um planejamento estratégico, partindo de uma definição coletiva de objetivos e estratégias. Uma gestão sem planejamento dificulta ou até inibe a participação de todos, porque ela impossibilita a previsão de ações.

Embasando-se em Paro (2004) a população que tem filhos na escola pública compõe, em sua grande maioria, a classe trabalhadora ou proletariado. Esta seria uma classe bastante poderosa na luta por seus direitos se se organizassem num amplo grupo em defesa de um

mesmo ideal contra a classe dominante, todavia, esta luta não acontece. Os envolvidos (pais, professores, diretores, comunidade) seriam bastantes fortes se conseguissem organizar um grupo que fosse em busca de algo julgado essencial para a escola, uma vez que um grupo é muito mais forte do que um indivíduo, neste caso, o diretor. Esse grupo, por exemplo, poderia ser as associações de bairro ou conselhos. O papel de associações e conselhos também ganha um peso significativo na gestão escolar como espaço de representação das pessoas envolvidas nos processos educacionais. Destaca-se aqui o conselho escolar. Silva (s.d., p.01) define o conselho como um espaço competente para a “análise do desempenho do aluno e do desempenho da própria escola de forma coletiva propondo ações e intervenções para a melhoria da aprendizagem do aluno e da prática docente”.

Na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola – educadores, alunos, funcionários e pais – nas decisões sobre seus objetivos e seu funcionamento, haverá melhores condições para pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia de recursos. A esse respeito, vejo no conselho da escola uma potencialidade a ser explorada. [...] [Esse] é um instrumento que existe e precisa ser aperfeiçoado com vistas a que se torne o embrião de uma verdadeira gestão colegiada articulada com os interesses populares na escola. Hoje, quando o diretor reivindica é fácil dizer-lhe ‘não’. Tornar-se-á muito mais difícil dizer “não”, entretanto, quando a reivindicação não for de uma pessoa, mas de um grupo, que represente outros grupos e esteja instrumentalizado pela conscientização que sua própria organização propicia (PARO, 2004, p.12).

Aqui o autor aponta o quanto a participação na gestão escolar pode atuar efetivamente nas conquistas do progresso da escola Para consolidar a gestão participativa precisa haver por parte da escola um esforço na tentativa de criar meios que propiciem à sociedade uma participação fundamentada na construção de valores éticos, políticos e sociais. Contudo, é a participação que constrói esses valores coletivos. Conforme a Teoria da Democracia de Habermas (1994 apud SCHMIDT, 1995), a participação é o caminho para que se construam interesses comuns. Não precisa, necessariamente, partir de interesses comuns para garantir a participação.

A escola precisa pensar numa gestão articulada com a participação da sociedade vislumbrando a elucidação da construção de valores éticos, políticos e sociais. Conforme essa visão teórica, uma efetiva mudança nas ações ocorrerá através da participação de todos. Gohn (2006) confirma este fato quando diz que

A gestão compartilhada em suas diferentes formas de conselhos, colegiados etc. precisa desenvolver uma cultura participativa nova, que altere as mentalidades, os valores, a forma de conceber a gestão pública em nome dos direitos da maioria e não de grupos lobistas. [...] É preciso desenvolver saberes que orientem as práticas sociais, que construam novos valores, aqui

entendidos como participação de coletivos de pessoas diferentes com metas iguais. [...] Entretanto, se não houver sentido nas formas de participação na área da educação, com projetos de emancipação dos cidadãos que objetivem mudanças substantivas e não instrumentais, corre-se o risco de se ter espaços mais autoritários do que já eram quando centralizados (GOHN, 2006, p. 36).

Não adianta a escola ter apenas um discurso de que a participação é importante, ela tem que aos poucos construir junto à sociedade um valor significativo acerca da participação. Só assim, compreendendo o significado da participação na estrutura organizacional escolar é que a comunidade vai perceber o quanto é importante para a melhoria do que está posto no sistema de ensino. Paro confirma esta passagem quando diz que

Os discursos de nossas autoridades educacionais estão repletos de belas propostas que nunca chegam a se concretizar inteiramente porque, no momento de sua execução, faltam a vontade política e os recursos (tão abundantes para outros misteres) capazes de levá-las efetivamente a bom termo (PARO, 2004, p. 40).

Esse processo histórico que compreende a significação da participação é essencial porque é ele que vai quebrar a má concepção que a sociedade civil constrói acerca da escola através dos discursos e práticas que observam. Afinal, o discurso político da educação é um, mas a sua prática é totalmente diferente e esse fato faz com que, aos poucos, as pessoas deixem de acreditar na potencialidade da escola e da sua participação.

2. OS CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO

O que delinea participação da sociedade civil na instituição escolar são os fatores condicionantes que podem ser internos ou externos à escola. Segundo Paro (2004) os fatores internos são os condicionantes materiais ou as condições de trabalho da escola; os condicionantes institucionais; os condicionantes político-sociais e os condicionantes ideológicos. Já os condicionantes externos são as condições de vida da comunidade; os condicionantes culturais ou a visão da população sobre a escola e sobre a participação e os mecanismos coletivos de participação.

Esse processo histórico que compreende a significação da participação é essencial porque é ele que vai quebrar a má concepção que a sociedade civil constrói da escola através dos discursos e práticas que observam. Afinal, o discurso político da educação é um, mas a prática é totalmente diferente e esse fato faz com que, aos poucos, as pessoas deixem de acreditar na potencialidade da escola e da sua participação. Paro confirma esta passagem quando diz que

Os discursos de nossas autoridades educacionais estão repletos de belas propostas que nunca chegam a se concretizar inteiramente porque, no momento de sua execução, faltam a vontade política e os recursos (tão abundantes para outros misteres) capazes de levá-las efetivamente a bom termo (PARO, 2004, p. 40).

2.1 Condicionantes internos à escola

De acordo com Paro (2004) pode-se dizer que os condicionantes materiais se referem às condições objetivas em que se desenvolvem as práticas e relações no interior da escola. Isto é, as condições materiais da instituição de ensino influenciam, mas não determinam a falta de participação, uma vez que não basta o fato de a escola ter adequadas condições materiais, isto por si só, não é garantia de que irá haver participação. Do mesmo modo que a falta de condições não pode se tornar um pretexto para esta participação não acontecer. Pelo contrário, se houver entre a comunidade o significado do valor da participação, este grupo tomará consciência das dificuldades e se unirá para desenvolver ações que possam superá-las.

Os condicionantes institucionais estão diretamente ligados à hierarquia que rege a organização formal da escola pública. Nesta hierarquia de relações verticais, geralmente o poder é centralizado na figura do diretor, como já foi dito anteriormente. Por vezes até mesmo na gestão democrática. Por conta desta centralização de poder é que, algumas vezes, a participação não ocorre ou ela corre o risco de se tornar impotente diante desta centralização.

Os condicionantes ideológicos fazem menção às “concepções e crenças sedimentadas historicamente na personalidade de cada pessoa e que movem suas práticas e comportamentos no relacionamento com os outros” (PARO, 2004, p. 47). As concepções ideológicas que cada indivíduo constrói ao longo de sua vida podem influenciar na participação, uma vez que são essas concepções que determinam as ações feitas por cada um. Dentre essas concepções está a da própria escola, o modo como esta se porta perante a comunidade, o modo como o diretor, os professores, os técnicos são vistos pelas pessoas e o modo como estes profissionais vêm a comunidade.

A ausência de pais e responsáveis não pode simplesmente ser interpretada como desinteresse. Uma pesquisa realizada na Bahia mostrou que eles se preocupam sim com a qualidade do ensino, porém, seu aparente comodismo deve-se à crença de que a sua participação não seria bem-vinda ou de nada adiantaria. Contudo, o estudo realizado nas escolas baianas no ano 2005 confirma que os pais/responsáveis com nível socioeconômico

mais baixo são menos críticos a respeito da escola e do corpo docente, em relação àqueles com nível socioeconômico mais alto (GOVE, 2005, p. 124). Por isso, Gove conclui que ainda não há muitos motivos para acreditar que uma influência positiva da participação dos pais/responsáveis levaria a um melhor rendimento dos seus filhos (GOVE, 2005, p. IV).

Genovez (2004) que realizou uma pesquisa no Estado de São Paulo verifica que há certa resistência, dentro do próprio corpo docente, de integrar a participação da comunidade local na sua prática escolar, na elaboração do planejamento da escola e na definição da proposta pedagógica. O estudo revela como obstáculos principais, a falta de transparência no fluxo de informações e a falta de delegação do poder por parte da direção, a falta de tempo e remuneração adequada e o tipo de comunicação entre escola e pais/responsáveis que se dá por meio de recados.

Paro (2004) demonstra que a opinião dos profissionais que compõem a escola é de que os pais sofrem de diversas carências e por isso não se interessam pela educação dos seus filhos. Porém, os pais afirmam que não participam da escola porque dificilmente a escola os chama para falar da busca pelas soluções dos problemas existentes, mas sim para culpá-los pelas ações dos filhos. É necessário que a escola demonstre para a comunidade que está aberta para a participação e que todos podem contribuir para a sua melhoria. É preciso que haja uma relação de igualdade entre as partes.

Diante dos obstáculos que se encontram internamente na escola e na comunidade escolar, não parece suficiente estabelecer uma corresponsabilidade na legislação e uma gestão democrática participativa nas escolas, sem criar também políticas complementares que dão apoio a implementação e futura consolidação. Os representantes de pais e responsáveis tem fácil e rápido acesso a dados atuais sobre processos internos? As comunicações são feitas em uma linguagem compreensível para não-profissionais da área? Há transparência nos processos para que não ocorram vantagens ou desvantagens para os filhos dos pais participantes em questão da gestão?

2.2 Condicionantes externos à escola

No que concerne aos condicionantes externos à escola pode-se falar inicialmente das condições objetivas de vida da comunidade. Estas condições são mais um fator que influencia na participação, pois se referem ao modo como a comunidade vive. Muitas vezes, os pais não participam da escola não porque não querem ou pelos condicionantes citados acima, mas porque vivem em condições bastante precárias e, após enfrentarem um longo dia de trabalho

não possuem disposição para ir até a escola prestar a sua participação. É enorme a quantidade de pais que trabalham o dia inteiro, pegam transportes coletivos lotados e quando chegam em casa ainda precisam arrumá-la, cuidar da refeição do outro dia, ensinar a tarefa dos filhos e etc. Estes casos refletem nas causas da falta de participação que se constituem pela falta de tempo, pelo cansaço e pelas condições em que se encontram as famílias carentes no Brasil.

Os condicionantes culturais se referem estritamente ao modo como a comunidade vê a escola e a participação. Paro (2004, p. 56) aponta que “no ambiente cultural em que se encontra a escola pública que atende as camadas populares, parece estar disseminada a idéia de uma falta de interesse dos pais pela educação escolar de seus filhos” e esta é uma das razões para o não-envolvimento na participação da escola. Mas o não-envolvimento está impregnado numa questão muito maior: a visão que a sociedade civil tem de que a educação e tudo o que é necessário para tal é obrigação da escola, que neste caso interpreta a figura do Estado. As pessoas não vêem significado na participação quando tem a concepção de que a melhoria da educação não é obrigação delas, mas sim do Estado, das políticas públicas. Este é um grande agravante na falta da participação.

Como já foi mencionado acima, o estudo de Gove (2005) mostrou que o baixo ou não-envolvimento se dá por causa da baixa expectativa de poder mudar efetivamente algo na escola.

Por fim, existem os condicionantes institucionais da comunidade. Estes se definem nos mecanismos coletivos de participação que vislumbram a criação de mecanismos institucionais para fazer valer a participação como, por exemplo, a criação de associações de bairro, conselhos municipais e até os próprios órgãos colegiados da escola, como a associação de pais e mestres e o conselhos escolares. Com a comunidade organizada na busca de um ideal, a participação além de efetiva é capaz de contribuir na resolução de problemas da escola. Um fator que pode interferir nestes mecanismos é desigualdade social existente na própria comunidade, pois pode acontecer de o empregado não querer se homogeneizar com o desempregado. Todavia, estes mecanismos apontam para o fato de que

Enquanto [as pessoas] se organizam e lutam por seus interesses comuns, aumentam as oportunidades de tomarem consciência mais profundamente de suas diferenças sociais e as conseqüências delas decorrentes, explicitando-se melhor seus interesses individuais conflitantes (PARO, 2004, p. 66).

Também diante os obstáculos objetivos que se encontram na comunidade, fica evidente que não basta estabelecer uma corresponsabilidade na legislação e uma gestão

democrática participativa nas escolas, sem criar também políticas complementares que dão apoio a implementação e futura consolidação, como já foi dito acima.

Já que as participações em órgãos representativos são voluntárias, ou seja, não remuneradas, precisa-se perguntar: Os representantes de pais e responsáveis podem se afastar do seu trabalho sem se prejudicarem financeiramente? Os representantes da comunidade local e os pais/responsáveis dos alunos são informados adequadamente para acompanhar os assuntos educacionais do município e da escola?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que aqui foi exposto observa-se que não basta apenas a gestão da escola declarar a co-responsabilidade entre Estado e Sociedade, a gestão democrática nas escolas e a participação de representantes de pais/responsáveis nas questões da escola e, principalmente, como representantes no Conselho Escolar. Não é suficiente apenas implementar conselhos para se dizer que há participação. E mais, não basta se conter com participação sem confirmar que se trata de uma representação democrática, ou seja, os representantes de pais/responsáveis e da comunidade local participam no consenso com seus grupos representados?

É notável que o compromisso de uma gestão participativa se traduz na ação dos envolvidos no processo pedagógico, focada e identificada com objetivos, valores, princípios e estratégias de desenvolvimento institucional. É essencial que haja uma mudança no papel do gestor e este se faça presente, pois, mesmo que não dependa só dele o compromisso da melhoria da escola, é ele quem pode proporcionar as condições favoráveis para divisão e de tarefas a serem desenvolvidas na sua gestão escolar.

Deste modo, a participação da comunidade depende de condicionantes internos e externos à escola. Para que a participação efetivamente aconteça é preciso, antes de tudo, que se construa um processo coletivo para que todos percebam o valor e o significado desta participação. A partir de então, será realmente possível sair do discurso de participação pela gestão participativa e de fato adentrar nos seus caminhos. Devido ao contexto específico de cada escola, dificilmente pode se esperar uma receita única para os obstáculos que a escola enfrenta para efetivar uma gestão participativa. É um desafio para uma gestão inovadora. Vale lembrar que a participação não é o objetivo a ser alcançado, mas sim, o momento de aprendizagem para perceber e formular objetivos comuns. A participação não é o resultado que buscamos, é o caminho para despertar aspirações comuns.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Aumenta número de famílias chefiadas por mulheres com cônjuge. IN:___ **IBGE detecta mudanças na família brasileira.** Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=774. Acesso em 13 jun. 2011.
- CASAGRANDE, N. **O processo de trabalho sob o modo de produção capitalista na instituição escolar – a que será que se destina?** Disponível em: http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/textos/436.htm. Acesso em 13 jun. 2011
- FRANCISCO, I. J. **A atuação do diretor de escola pública:** determinações administrativas e pedagógicas do cotidiano escolar. PUC/SP: 2006. Disponível em http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/Pedagogia/cp018921.pdf. Acesso em 13 jun. 2011
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GENOVEZ, Maria Salete. A democratização da gestão da escola pública. **Gestão em ação**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 197-210, maio/ago. 2004.
- GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio:** avaliação de políticas públicas educacionais, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan/mar. 2006.
- GOVE, Amber. **The optimizing parent?** Household demand for schooling and the impact of a conditional cash transfer program on school attendance and achievement in Brazil. 2005. 205 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – School of Education, Stanford University, Stanford.
- MACEDO, N. D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa.** 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública.** 3. Ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.
- PENIN, Sonia T. Sousa; VIERA, Sofia Lerche. Refletindo sobre a função social da escola. In. VIERIA, Sofia Lerche (org.) **Gestão da escola:** desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 13-45.
- SCHMIDT, Manfred G. **Demokratietheorien:** eine Einführung. Opladen: Leske+Budrich, 1995.
- SILVA, M. B. **Conselho de classe:** espaço de análise, reflexão e avaliação do trabalho pedagógico. Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/574-4.pdf>>. Acesso em 13 jun. 2011.